

RECURSO ESPECIAL Nº 1.693.083 - SP (2017/0079192-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : CLARO S.A
ADVOGADOS : RICARDO JORGE VELLOSO E OUTRO(S) - SP163471
JULIANA MEDEIROS JORGE FELTRIN - SP310191
KELLY ANDREOLI - SP287104
RECORRIDO : SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO BENINI E OUTRO(S) - SP184647
MAURÍCIO SURIANO - SP190293

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO RENOVATÓRIA. LOCAÇÃO COMERCIAL. INSTALAÇÃO DE ANTENA DE TELEFONIA MÓVEL. CARACTERIZAÇÃO DE FUNDO DE COMÉRCIO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por CLARO S.A, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF, contra acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

DEMANDA RENOVATÓRIA. LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE ANTENA DE TELEFONIA MÓVEL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. MODALIDADE ADEQUAÇÃO. A PRESTADORA DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL QUE LOCA ESPAÇO EM PRÉDIO URBANO PARA A INSTALAÇÃO DE ANTENA DE TRANSMISSÃO DE SINAIS NÃO CONSTITUI FUNDO DE COMÉRCIO NO LOCAL A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DE AÇÃO RENOVATÓRIA (ART. 51 DA LEI 8.245/91). FALTA DE INTERESSE DE AGIR QUE ENSEJA A CARÊNCIA DA AÇÃO E, POR CONSEQUÊNCIA, A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS ART. 267, INCISO VI, DO CPC. APELAÇÃO IMPROVIDA.

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação ao art. 51 da Lei 8.245/91. Sustentou, em síntese, o direito à renovação compulsória do contrato de locação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais para tanto, notadamente a configuração do fundo de comércio.

Houve contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem.

Interposto agravo em recurso especial, a Presidência desta Corte dele não conheceu.

Em sede de agravo interno, tornei sem efeito a decisão e dei-lhe provimento, determinando a sua conversão.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A pretensão recursal não merece prosperar.

O Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau que extinguiu o processo em face da ausência de interesse de agir com base nos seguintes fundamentos:

No caso em tela, em que pese a instalação da antena de telefonia celular demande esforço técnico para sua adequada utilização, não se pode considerá-la como unidade ou componente de fundo de comércio. Não é uma universalidade; não é bem incorpóreo; pode ser removido sem afetação do nome da autora e não enseja à ré possibilidade de se apropriar patrimônio imaterial agregado ao seu imóvel pela atividade exercida pela autora.

Ademais, não se discute que a instalação de antenas em diversos pontos com a finalidade de transmissão de sinais é primordial ao desenvolvimento de sua atividade, contudo, não se verifica o enquadramento do caso ao conceito de fundo de comércio a ser protegido.

Portanto, a instalação de equipamentos de transmissão de telefonia prescinde de localização específica, sendo, por óbvio, que a cobertura de rede na mesma área geográfica pode ser atendida pela instalação em outro imóvel. Aliás, a apelante, em nenhum momento, nem sequer argumenta o contrário.

Situação diferente seria se a locação em questão se tratasse de imóvel destinado ao estabelecimento da recorrente, cujo término da locação afetaria claramente sua atividade que é a venda do serviço que presta.

Verifica-se, portanto, que a simples mudança de localização do ponto das antenas de transmissão não prejudicará a manutenção dos consumidores que utilizam seus serviços.

Desse modo, falta à demandante interesse de agir para propor a presente ação.

Desse modo, constata-se que o Tribunal de origem chegou à conclusão de que a instalação da radio base não integra o fundo de comércio do imóvel de modo ensejar o direito à renovação do contrato de locação, desse modo, para infirmá-la, seria imprescindível o reexame de prova, medida inadmissível nesta Corte, consoante dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

Nessa mesma linha de consideração, confirmam-se, em casos análogos, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.610.402/RS (Min. Raul Araújo, Dje de 04/12/2018), AREsp 1.138.668/RS (Min. Marco Buzzi, Dje de 03/05/2018), AREsp 831.489/SC (Desembargador convocado do TRF da 5ª Região Lázaro Guimarães, Dje de 25/04/2018), AREsp 1.362.975/DF (Min. Marco Aurélio Bellizze, Dje de 05/12/2018), AREsp 1.271.786/SP (Desembargador convocado do TRF da 5ª Região Lázaro Guimarães, Dje de 17/05/2018), REsp 1.714.450/RS (Min. Marco Aurélio Bellizze, Dje de 08/02/2018), REsp 1.613.210/SP (Min. Marco Buzzi, Dje de 22/11/2017), AREsp 837.761/DF (Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Dje de 09/03/2017).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil

de 2015, majoro os honorários advocatícios fixados na origem em R\$ 1.500,00.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

